PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO IRMÃOS/RS

Auxílio Natalidade

O Benefício Eventual na forma de Auxílio-Natalidade, concedido à famílias com renda familiar de no máximo 10% (dez) por cento do salário mínimo nacional

SEÇÃO I - DO AUXÍLIO-NATALIDADE

- **Art. 35º** O Benefício Eventual na forma de Auxílio-Natalidade, concedido à famílias com renda familiar de no máximo 10% (dez) por cento do salário mínimo nacional, constitui-se em uma prestação única, não contributiva da assistência social, em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família, destinado a atender qualquer dos seguintes aspectos:
 - I necessidades do nascituro;
 - II apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido; e
 - III apoio à família no caso de morte da mãe.
- § 1º O Auxílio-Natalidade concedido por meio de bens de consumo será integrado pelo enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene, no valor máximo de 25% (vinte e cinco) por cento do salário mínimo nacional, observadas as condições de qualidade que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária.
- **Art. 36º** O Auxílio-Natalidade constitui-se de prestação única, cujo requerimento para a sua concessão deverá ser apresentado por membro da família no prazo de até 30 (trinta) dias após o nascimento.
- **Parágrafo único**. O benefício será concedido até 30 (trinta) dias após o deferimento, pela autoridade ordenadora de despesa, do requerimento apresentado pelo interessado.
 - Art. 37º A morte da crianca inabilita a família a receber o Auxílio-Natalidade.

SEÇÃO I - DO AUXÍLIO-NATALIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO IRMÃOS/RS

- **Art. 35º** O Benefício Eventual na forma de Auxílio-Natalidade, concedido à famílias com renda familiar de no máximo 10% (dez) por cento do salário mínimo nacional, constitui-se em uma prestação única, não contributiva da assistência social, em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família, destinado a atender qualquer dos seguintes aspectos:
 - I necessidades do nascituro;
 - II apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido; e
 - III apoio à família no caso de morte da mãe.
- § 1º O Auxílio-Natalidade concedido por meio de bens de consumo será integrado pelo enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene, no valor máximo de 25% (vinte e cinco) por cento do salário mínimo nacional, observadas as condições de qualidade que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária.
- **Art. 36º** O Auxílio-Natalidade constitui-se de prestação única, cujo requerimento para a sua concessão deverá ser apresentado por membro da família no prazo de até 30 (trinta) dias após o nascimento.

Parágrafo único. O benefício será concedido até 30 (trinta) dias após o deferimento, pela autoridade ordenadora de despesa, do requerimento apresentado pelo interessado.

Art. 37º A morte da criança inabilita a família a receber o Auxílio-Natalidade.